



A Cidade e o Cego: uma Análise sobre a Representação (Tele)jornalística de Deficientes Visuais e sua Relação com Espaços Urbanos no Jornal Nacional¹

Marcello Pereira MACHADO²
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Este artigo alia estudos sobre Jornalismo, Cultura, Cidades e Identidades ao analisar a representação midiática de pessoas com deficiência visual e sua relação com espaços urbanos, no principal noticiário televisivo brasileiro: o Jornal Nacional (JN, da Rede Globo). Foram avaliadas quatro matérias exibidas no segundo semestre de 2011, com referência à cegueira e/ou a cegos. Na fundamentação teórica, abordam-se assuntos como cidade, cultura, memória, deficiência visual, identidades, estigma, marginalização, TV e (tele)jornalismo. Empiricamente, observou-se a relação “conturbada” entre cegos e cidade em alguns momentos das reportagens. Verificou-se que o JN trouxe contribuições, embora possa avançar na consolidação da inclusão. Por fim, ressaltou-se a importância da audiodescrição em telejornais, em prol da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: cidade; deficiência; identidade; inclusão; telejornalismo.

1. Introdução

Todas as noites / meus olhos deitam-se / saudosos das estrelas / que não vejo.

Esse poema do professor paulista Mauro Luis Iasi chama-se, curiosamente, “Cidade”. Mas que associação poderia haver entre o título e os versos? Talvez, a cidade seja o motivo pelo qual o poeta não mais vê as estrelas. Ou quem sabe a incapacidade de olhar para o céu seja dos próprios olhos, “urbanizados” a tal ponto de se tornarem “opacos”? Não se sabe ao certo. Entretanto, a partir da poesia, uma reflexão é possível: as cidades estão repletas de olhares velozes que, se perderam o entusiasmo de buscar estrelas, tão mais a sensibilidade de considerar o Outro. Este artigo trata de uma parcela da população que, por vezes, é marginalizada até o nível em que a indiferença se confunde com a “invisibilidade”: pessoas com deficiência visual.

Atingindo uma parcela expressiva da população mundial (cerca 40 milhões de pessoas), a incapacidade de ver mediante a perda ou a ausência da percepção dos estímulos visuais pode aumentar ainda mais seu alcance. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 1 e 2 milhões de novos casos de cegueira surgem anualmente no planeta, havendo uma inquietante projeção de que o número de cegos

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Faculdade de Comunicação-UFJF, email: marcelloacesso@yahoo.com.br.



amente para em torno de 75 milhões até 2020 (PASCARETTA JÚNIOR, 2008). No Brasil, há mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo, aproximadamente, 528 mil cegas e 6 milhões com baixa visão, segundo dados baseados no Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Historicamente, preconceitos com relação aos deficientes visuais vêm gerando a injusta limitação de oportunidades, enquanto persistem inúmeras formas de exclusão por violência física e simbólica contra pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, o artigo avalia quatro matérias telejornalísticas veiculadas pelo Jornal Nacional (Rede Globo) no segundo semestre de 2011. O objetivo é identificar como se dá, em tais reportagens, a representação midiática dessa parcela social, especialmente em sua relação com espaços urbanos. Até chegar a esse estudo empírico, um caminho teórico busca fundamentar conceitos e princípios relevantes sobre assuntos como cidade, cultura, espaço, memória, deficiência visual, identidade, representação, estigma, marginalização, TV e telejornalismo. Além disso, o estudo passa por aspectos como cidadania e direito à informação, propondo reflexões contemporâneas sobre acessibilidade, integração e inclusão sociais e realçando a importância do recurso de audiodescrição em telejornais.

2. Cidade, cultura e memória: reflexões da era contemporânea

No entendimento do teórico Stuart Hall (2003, p. 36), a nova fase pós-1970 da globalização está ainda profundamente enraizada nas disparidades estruturais de riqueza e poder, com formas de operação irregulares, planetárias. Para ele (*idem*), assim como outros processos globalizantes, a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos, já que suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o “lugar”. Ao focar a cultura, Hall salienta (*ibidem*, p. 44) que ela não é somente uma viagem de redescoberta ou retorno. “Não é uma ‘arqueologia’. A cultura é uma produção” (*idem*). Então, se “estamos sempre em processo de formação cultural”, “a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar” (*idem*).

A respeito da cidade como metrópole, o professor Renato Cordeiro Gomes considera (2008, p. 180) que ela constitui um fenômeno da modernidade. O avanço tecnológico e a utopia de cidade ideal conjugaram-se ao projeto moderno para as cidades em expansão, ocasionando, no decorrer do século XX, megalópoles problemáticas, para além dos controles racionais de planejamento (*idem*).



Se, por um lado, assiste-se à passagem da cidade para o status de megacidade, a cultura torna-se multiculturalidade — mediante a coexistência de múltiplas culturas urbanas e a multiplicidade de vozes que formam a cidade polifônica, porque, “(...) se há mais de uma cidade na cidade, há uma complexidade multicultural” (ibidem, p. 186). Segundo Gomes (ibidem, p. 180), tal cultura plural tem como arena a cidade, apontando para um embate de práticas e valores, tensões de vozes e segmentos sociais, que, ao dramatizar suas representações, reivindicam direitos à diferença. Em síntese, considera as cidades como “arena dos embates sociopolíticos, identitários e culturais, que podem ser associados à insegurança, à violência, à exclusão e ao medo” (ibidem, p. 181).

Nesse contexto, é importante considerar a emergência da memória como preocupação cultural e política da sociedade ocidental. O tema é tratado pelo professor Andreas Huyssen, que observa (2000, p. 14) que, desde a década de 1970, tem havido, na Europa e nos Estados Unidos, a restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, bem como empreendimentos patrimoniais, a nova arquitetura de museus, a comercialização em massa da nostalgia, o *boom* das modas retrô, a literatura memorialística e confessional, a automusealização pela câmera de vídeo, o aumento no número de romances autobiográficos e históricos pós-modernos. Ele é enfático ao declarar (ibidem, p. 15) que “não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis neste processo. É como se o objetivo fosse conseguir a recordação total.”

Para a professora Ecléa Bosi (2003, p. 16), é do vínculo com o passado que se extrai a força para formação de identidades. A autora pontua (ibidem, p. 25) que a cidade exibe uma face estranha e adversa para seus moradores, de modo que a própria valorização crescente dos interiores das casas é uma tentativa de criar um mundo acolhedor “entre as paredes que o isolam do mundo alienado e hostil de fora.”

Por fim, cabe refletir sobre a garantia legal de acessibilidade, definida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (ROSA, 2010, p. 12). “O conceito envolve o ambiente físico, como as edificações; os transportes e também o acesso aos meios de comunicação (rádio, televisão, internet, etc.)” (idem). A Constituição Federal de 1988 (artigo 227, parágrafo 2º) prevê a construção de logradouros e edifícios de uso público e a fabricação de veículos de transporte coletivo, para garantir o acesso adequado a deficientes.



3. Deficiência visual, representação e identidades: uma abordagem social e midiática

Somente no fim do século XX, a partir da década de 1980, observa-se um movimento mais intenso que tende a valorizar pessoas com deficiência e a integrá-las no meio social. Os professores João Franco e Tércia Dias distinguem (2005) integração e inclusão. Eles mencionam (2005, p. 5) que o princípio filosófico/ideológico que norteou a definição e as práticas de integração foi o da normalização. Já a partir da década de 1990, passou a vigorar a chamada era da inclusão, “em que as exigências não se referem apenas ao direito da pessoa com deficiência à integração social, mas sim, ao dever da sociedade, como um todo, de se adaptar às diferenças individuais” (idem).

Não raramente, corpos deficientes são “marcados”, facilmente identificáveis e estigmatizados. O sociólogo Erving Goffman observa (1982) que a sociedade define os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada categoria. “Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, (...) sem pensar no seu significado original” (1982, p. 8).

Abordando a questão identitária na Pós-Modernidade, Stuart Hall considera (2000, p. 8) que as identidades modernas estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas, como algo que muda conforme o modo “como o sujeito é interpelado ou representado” (ibidem, p. 21). “Eu sei quem ‘eu’ sou em relação com ‘o outro’ (...) que eu não posso ser” (ibidem, p. 40-41). O professor Homi Bhabha observa que “é somente pela compreensão da ambivalência e do antagonismo do desejo do Outro que podemos evitar a adoção cada vez mais fácil da noção de um Outro homogêneo, para uma política celebratória, oposicional, *das margens ou minorias*” (2001, p. 87, grifo meu).

A professora Maria Cristina Brandão salienta (2007, p. 6) que a identidade é um trabalho de criação nosso, de modo que todos já nascemos com uma identidade própria, de gênero (masculino ou feminino). “Já as demais identidades (cultural, religiosa, etc.), as chamadas identidades subjetivas, são totalmente flexíveis, pois podem ser facilmente influenciadas” (ibidem, p. 7). Nesse sentido, é preciso repensar o papel da mídia na construção de identidades, em meio a uma sociedade midiática e consumista (idem), já que os *media* cumprem funções sociais como reprodução cultural, socialização e integração social. Conforme Brandão pondera, a mídia conforma a identidade, oferecendo modelos do que, para ela, significa ser homem ou mulher, jovem ou velho, desejável ou desprezível. “Acreditamos que a cultura da mídia oferece a base sobre a



qual muitas pessoas constroem seu senso de classe, de raça e etnia” (idem). De fato, os *media* podem influenciar na construção identitária e na definição do que seja o Outro.

Segundo a jornalista Kelly Scoralick (2009, p. 194), “quando dividimos o mundo entre *nós* e *eles*, passamos a classificar. Onde existe a diferenciação estabelecida pela identidade e diferença, está presente o poder de incluir ou excluir, de determinar quem está dentro e quem está fora” (idem, grifos da autora) — trata-se de uma forma de demarcar fronteiras, classificar o sujeito e normalizar. É por meio da representação que identidade e diferença associam-se a sistemas de poder. De acordo com Goffman (1985, p. 29), representação é toda atividade individual que se passa na presença contínua de um grupo particular de observadores e que tem alguma influência sobre eles.

Nessa perspectiva, grupos marginalizados são frequentemente representados de forma estereotipada na mídia, que, muitas vezes, reproduz as representações com as quais a sociedade esteja familiarizada e evita propor mudanças ao *status quo* (SCORALICK, 2009, p. 196). Para a autora, as políticas de identidade devem ganhar destaque no telejornalismo. “Afim, é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (idem).

O que se nota muitas vezes é que meios de comunicação massivos, especialmente na TV aberta, desconhecem ou ignoram a existência de pessoas com deficiência visual do outro lado da tela, também interessadas em obter informações e entretenimento com o máximo nível possível de clareza, compreensão e precisão. No entendimento do comunicador Juan Bordenave (1992, p. 18), marginalidade significa justamente “ficar de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir.” Erro pior ainda é, para ele, culpar os marginalizados por sua condição de excluídos, por estarem “naquela situação de déficit” (ibidem, p. 19).

Numa antologia (2004) do pesquisador Luiz Beltrão, verifica-se que, “por si só, a parcela marginalizada da população brasileira não tem condições de emergir do submundo em que vegeta” (2004, p. 61). Como reflete Renato Gomes (op. cit., p. 188), “neste momento pós-moderno e pós-colonial, o cosmopolitismo não pode mais ser articulado a partir de um único ponto de vista, de uma mono-lógica”, sendo “necessário levar em consideração *a diversidade e o discurso dos que estão à margem*” (grifo meu).

4. Televisão e telejornalismo: apontamentos relevantes

Hoje em dia, a televisão ainda gera polêmicas sobre sua natureza e potencial de influência, sendo muitas vezes marcada por instantaneidade envolvente, ritmo vibrante,



espetáculo sensacional, linguagem simples, sensação imediata, superficialidade e ficcionalização do real. Para o professor Aluizio Trinta (2011a, p. 1), na condição de dispositivo técnico/tecnológico, meio de comunicação e instrumento de representação, a TV favorece a proposição de modelos de identidades socioculturalmente constituídas, podendo influenciar padrões de comportamento, usos, hábitos e costumes. O veículo televisivo passou, assim, de canal e de meio à ambiência (ibidem, p. 5). “Estar (aí) é ser (agora) na TV; ser (então) é estar (presente) na TV” (2011b, p. 5).

Metaforicamente, o filósofo e arquiteto Paul Virilio menciona (1993, p. 62-63) a tela de televisão como “janela removível e portátil que se abre sobre um ‘falso-dia’, o da velocidade da emissão luminosa, abertura introvertida que não se abre mais para o espaço vizinho, mas para além, para além do horizonte perceptivo” — a tela da TV consiste, então, num “seletor de imagens eletrônicas, uma mídia audiovisual, para uma iluminação indireta, a do tubo catódico” (ibidem, p. 63). O professor Guillermo Orozco Gómez pondera (1996, p. 33) que a televisão é um meio técnico de produção e transmissão de informação e uma instituição social, produtora de significados, definida historicamente como tal e condicionada política, econômica e culturalmente. Como meio técnico, apresenta alto grau de poder de representação, produto de suas possibilidades eletrônicas para a apropriação e a transmissão de seus conteúdos, além de permitir a reprodução da realidade com muita fidelidade e poder provocar diversas reações (racionais e emotivas) no público (idem).

No Brasil, a televisão surgiu da iniciativa empresarial e se firmou como comercial (com lógica mercantil, publicidade, consumo), tornando-se o meio de maior penetração nos lares — tanto que há mais pessoas com TV colorida do que com rede de esgoto ou fossa séptica, segundo dados mencionados pelas professoras Christina Musse e Mila Pernisa (2010, p. 186). O meio televisivo contribuiu para a modernização e a integração do País e mudou hábitos, mas não diminuiu as diferenças (como de renda e educação), e sua programação nem sempre contempla a difusão cultural e a cidadania, de acordo com as autoras (idem).

Como produto televisivo, o telejornal busca sensibilizar telespectadores, podendo provocar-lhes reações, reflexões e emoções. O jornalista Ciro Marcondes Filho pontua (2002, p. 79) que o gênero telejornalístico é o mais importante em termos de noticiário de TV e a melhor síntese do formato televisivo, apresentando, também, um caráter existencial e espetacular. De acordo com Olga Curado (2002, p. 15), o telejornal



integra a programação televisiva brasileira atendendo a uma determinação legal. “A notícia é uma informação que tem relevância para o público” (ibidem, p. 15-16).

Para Vera Íris Paternostro (1991, p. 35), o que se considera a desvantagem da televisão (a superficialidade), aliado a uma qualidade (a presença da imagem), pode ocasionar um novo momento no processo global da informação, à medida que a TV pode “abrir o apetite” dos telespectadores e incentivar a investigação e a busca mais diversificada por outros dados. Segundo o editor-chefe do Jornal Nacional (JN), William Bonner (2009, p. 243), a função do JN é oferecer informação objetiva, a fim de que o cidadão construa sua própria opinião acerca da realidade e exercite a cidadania.

Na condição de produto televisual, o telejornalismo constitui um território simbólico em que diferentes grupos sociais experimentam (ou não) sentimentos de cidadania e pertencimento social, conforme indicado pelas professoras Iluska Coutinho e Christina Musse (*In: VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2009*). Segundo os pesquisadores Alfredo Vizeu e José Carlos Correia (*In: VIZEU, 2008, p. 12*), o telejornalismo representa um “lugar de referência” para os brasileiros. De fato, como aponta o professor Flávio Porcello (ibidem, p. 50), para 40% da população brasileira, a TV é a única fonte de informação (segundo dados de 2002, quando havia cerca de 60 milhões de aparelhos de TV no Brasil), o que demonstra o potencial de intervenção social do telejornalismo e sua inegável relevância junto à sociedade.

5. Análise empírica: a representação de cegos e sua relação com espaços urbanos no JN

O noticiário aplicado neste estudo é o Jornal Nacional (JN, da Rede Globo), lançado em 1º de setembro de 1969 como o primeiro telejornal brasileiro de exibição simultânea, em rede e ao vivo. A emissora continua sendo a maior rede de televisão do Brasil, estando entre as quatro maiores redes televisivas do mundo, e o JN, o telejornal de maior audiência do País. Numa análise empírica, pesquisaram-se, no arquivo de vídeos online do Jornal Nacional (www.globo.com/jn), matérias jornalísticas que fizessem referência à deficiência visual e/ou aos cegos. Para este artigo, enfocou-se o segundo semestre de 2011, destacando quatro dos VTs (*videotapes*, matérias editadas e prontas para exibição) veiculados entre julho e dezembro, para que, neles, pudesse ser verificada a relação entre cegos e espaços urbanos.

A primeira das reportagens aqui apreciadas foi exibida na edição de 12 de agosto de 2011 e tem como tema o projeto Geração de Sons, que recebe apoio do programa



Criança Esperança, desenvolvido pela Rede Globo em parceria com a Unesco. O projeto social executado no sul da Bahia beneficia alunos com algum tipo de deficiência física ou mental, por meio de aulas de música. Abrindo seu *off* (narração coberta por imagens), a repórter Beatriz Castro diz: “Dias de esperança estão iluminando a terra do descobrimento do Brasil. Em Porto Seguro, na Bahia, as notas musicais ecoam em um *cenário improvável, marcado pelas adversidades*. Por aqui, o talento brota sem aceitar limitações” (grifos meus). Enquanto faz esse relato, são exibidas imagens do sol, da cidade e de uma garota cega que toca flauta na sacada de sua casa — imóvel que aparenta estar ainda em construção, só com tijolos, sem acabamento. Uma pessoa com deficiência física, sentada numa cadeira de rodas, compõe o enquadramento da câmera. Nos trechos grifados dessa fala inicial, dá-se a ideia de que a parte urbana mencionada está localizada numa região mais pobre economicamente da cidade — “um cenário improvável”, marcado por “adversidades”.

É nesse ambiente supostamente hostil que a personagem cega é apresentada logo em seguida: “Rosileide [Nunes Santos], de 16 anos, *é deficiente visual, mas nunca se rendeu à escuridão*. Há quatro meses, ela *encontrou uma nova motivação* na música” — fica evidenciada a identidade da garota como cega, e, de maneira indireta, associa-se a deficiência visual a um termo pejorativo (‘escuridão’); a própria conjunção “mas” soa inapropriada. O texto infere que a personagem passou por uma mudança identitária positiva, ao ter encontrado “uma nova motivação na música”. A imagem da menina tocando teclado e sentada no sofá de sua casa transmite certa conotação de segurança e comodidade associada ao ambiente do lar. Em sua fala, a jovem declara: “Eu tenho muitos planos. Eu quero tocar na orquestra mesmo, quero participar da orquestra, quero um dia poder fazer faculdade de música” — fica implícita a noção de que a deficiência não anula a possibilidade de sonhar e planejar.

Prosseguindo, a matéria apresenta outro personagem, Alan Nicolas (10 anos), que é hiperativo, e uma musicoterapeuta. “*Neste casarão, no centro de Porto Seguro, os destinos de 60 crianças e adolescentes especiais* como a Rosileide e o Alan se encontram. Eles aprendem música de uma forma divertida, com jeito de brincadeira.” Outro espaço urbano é evocado — desta vez no centro da cidade, em um prédio visivelmente belo, em contraste com o cenário “improvável” em que Rosileide estava. (Não se mostrou como a jovem saiu de casa e chegou ao referido casarão, o que poderia ter sido interessante para se evidenciar eventuais dificuldades no deslocamento de cegos em espaços urbanos e meios de transporte público.) Com a imagem dos alunos



tendo aula de música, sobressai a ideia de convívio com outras pessoas (bem típica de ambientes urbanos). Pontua-se que o termo “especial”, usado pela repórter para designar pessoas com deficiência, é inadequado e está em desuso, porque, segundo o consultor Marco Antonio de Queiroz (em artigo no site www.bengalalegal.com), “ser ‘especial’ exclui a pessoa do todo, da igualdade, remetendo-se somente à diferença”.

A segunda matéria foi ao ar em 24 de outubro e aborda a falta de cães-guia, que dificulta a vida de brasileiros sem a visão. O apresentador e editor do JN, William Bonner, anuncia: “Os brasileiros que não enxergam ou que enxergam muito pouco estão *enfrentando uma dificuldade adicional* no Brasil. Faltam cães-guia. E isso é grave, porque a ajuda deles é preciosa” — o texto sugere que as pessoas cegas enfrentam dificuldades rotineiras. A reportagem do jornalista Wallace Lara tem como pano de fundo a megacidade de São Paulo. Ele começa seu relato: “Jack caminha com tranquilidade *pela cidade*. Está pronto para *conduzir com segurança* qualquer tipo de deficiente visual. Mitiko ainda está aprendendo. Já consegue *subir escadas* e sabe o momento certo de *atravessar a rua*. O treinamento dura dois anos e é feito por instrutores como Adylson”. Enquanto narra, são exibidas imagens do instrutor com o cão pela cidade, em ambientes movimentados e atravessando a rua. “O cão-guia brasileiro, treinado no Brasil, ele *guia em qualquer parte do mundo*”, afirma o adestrador Adylson Lima — o trecho grifado aponta, de certa forma, para as discussões anteriores em torno da globalização e das cidades interconectadas.

“Mesmo assim, o País tem apenas 70 cães-guia para uma população de 170 mil cegos e 2,5 milhões de pessoas com baixa visão³. No Brasil, não é simples ter um cão-guia. Existem poucos centros de treinamento, e faltam profissionais preparados para adestrar os animais de maneira adequada.” A seguir, o repórter elucida que formar um cão-guia custa em torno de R\$ 25 mil e que o animal não pode ser vendido, mas cedido ao deficiente. Apresenta, então, um “projeto pioneiro, desenvolvido por uma *entidade ligada à indústria paulista*” — indica-se a estrutura urbana contemporânea, marcada pela atuação social de empresas e por organizações do dito Terceiro Setor. “(...) 32 filhotes, como Frontier, são adotados por famílias. *Em casa*, os animais aprendem a obedecer regras básicas, para depois, *em um centro de treinamento*, completar a formação de cão-guia, para uso de um deficiente.”

³ Dados estatísticos sobre cegos, válidos na época da reportagem, já tiveram atualizações posteriores mediante a divulgação de informações preliminares do Censo 2010 do IBGE, conforme apresentado anteriormente neste artigo.

Mais adiante, o repórter fala sobre Broke, um “simpático Labrador” que “já salvou a vida do seu dono”, o funcionário público Daniel Sisti, mostrado enquanto caminhava pela cidade com seu cão. “Nós estávamos parados lá, *em frente ao elevador*, a porta abriu e eu pedi para ele entrar. Na terceira vez que ele não entrou, eu acabei descobrindo que o elevador não estava”, conta Daniel. Tem-se a ideia de que o cego está integrado ao contexto urbano com certa autonomia, na medida em que pode andar pela cidade na companhia do cão; por outro lado, indica-se que há certos “perigos” na cidade para esse segmento social.

O repórter explica, ainda: “Broke recebeu treinamento no instituto criado por Thays [Martinez]. Foi ela que, em 2006, *brigou e ganhou na Justiça o direito* de andar com Bóris *no metrô de São Paulo*” — a fala mostra como a cidade precisa adaptar-se para a inclusão de pessoas com deficiência, as quais precisam, por vezes, “brigar” para fazer valerem seus direitos como cidadãos e, no caso, para ter acesso a espaços urbanos (como o metrô) na presença do cão-guia. Observa-se que, enquanto faz alusão ao acontecimento de 2006, o JN utiliza imagens de arquivo, com Thays e Bóris no metrô — esse retorno ao passado, muito comum em reportagens que contextualizam os fatos, aponta para a abordagem sobre memória, feita na seção teórica do artigo, e para a necessidade de determinadas lembranças na melhor compreensão do presente. “*Hoje*, uma lei federal garante a entrada de cães-guia, como Diesel, *em qualquer ambiente coletivo*”, completa o jornalista, ratificando tal possibilidade inclusiva em distintos locais coletivos de todo o Brasil (inclusive em ônibus, como mostrado pela imagem). A presidente do Instituto Íris, Thays Martinez, fecha a matéria: “Ele [o cão-guia] me dá muita liberdade, ele me dá muita autonomia e muita segurança. E, além de tudo, é uma delícia conviver com esses cães. Mesmo *em casa*, onde eles não trabalham, são companheiros” — a casa é o lugar de descanso também para os cães, que, principalmente fora desse ambiente (nas ruas da cidade), “trabalham”, conduzindo o dono. As últimas imagens são de Thays e o cão Diesel no local de trabalho dela — a relação entre a pessoa deficiente e o espaço do trabalho confirma uma situação de inclusão consumada, em que o cego mostra-se capaz de atuar (ser ativo) na sociedade.

A terceira matéria, de 15 de dezembro, trata do Prêmio Innovare, entregue em Brasília, com o apoio das Organizações Globo. A jornalista Patrícia Poeta, que em dezembro assumira o posto de apresentadora do JN no lugar de Fátima Bernardes, anuncia: “Foi entregue, nesta quinta-feira [15/12], em Brasília, o prêmio Innovare, que apresenta iniciativas para modernizar a Justiça. Neste ano, os trabalhos vencedores



foram sobre inclusão social e combate ao crime organizado.” Embora a deficiência visual não tenha sido o mote principal da reportagem, o assunto apareceu no VT.

“O prêmio conta com o apoio das Organizações Globo e há oito anos é dado a autores de práticas inovadoras que trazem benefícios para a sociedade. É o caso dessa juíza de *Porto Alegre*. Ela organizou *um centro de gravação de audiências onde os funcionários são deficientes visuais. Eles conseguiram um emprego*, e os processos ficaram mais rápidos”, expõe a repórter Cláudia Bomtempo. Entre as imagens mostradas enquanto o *off* é dito, estão a de cegos numa sala, sentados lado a lado, cada um de frente para seu computador; aparecem digitando o que escutam, e alguns deles usam fones de ouvido. A juíza federal Salise Monteiro Sanchotene ressalta: “A Justiça Federal abriu *um espaço de inserção social* que, até então, não havia e conseguiu, com isso, criar um *novo mercado de trabalho para os cegos*” — o espaço urbano dos deficientes visuais mostrados, nesse caso, tem a ver com emprego e inserção social, constituindo em mais um exemplo bem sucedido de inclusão. Na matéria, contudo, os cegos não tiveram “voz”, ou seja, não foram entrevistados. A identidade de deficiente visual que sobressai é de alguém que, ao receber uma oportunidade, pode também agir e contribuir para a sociedade, sendo beneficiado e beneficiador — “Eles conseguiram um emprego, e os processos ficaram mais rápidos”, segundo a repórter. Outros depoimentos e *offs* integram o VT, mas aqui foi recortada a parte que aludiu à deficiência visual.

A última matéria analisada foi exibida em 27 de dezembro, a respeito de um aparelho criado por estudantes de engenharia em Minas Gerais, o qual pode ajudar deficientes visuais “numa atividade comum do dia-a-dia”. O local onde a reportagem se passa é outra metrópole brasileira: Belo Horizonte. Introduzindo seu *off*, o repórter Ricardo Soares diz: “O projeto, feito a muitas mãos, nasceu de uma situação que envolvia risco de acidente.” Logo em seguida, o estudante Guilherme Camelo complementa: “Eu me deparei com uma situação onde eu vi um *deficiente visual atravessando uma rua*, a mais ou menos uns 200 metros, onde ele estava atravessando a rua *sem auxílio de nenhuma pessoa, apenas na audição*” — nesse depoimento, a relação (meio conturbada) entre cego e cidade novamente vem à tona, e a audição desponta como sentido utilizado pelo deficiente devido à ausência da visão.

“O grupo de estudantes de engenharia elétrica fez testes durante quatro meses até surgir o protótipo. Preso ao braço, ele produz três vibrações diferentes, cada uma sincronizada com uma cor do sinal de trânsito. O sistema foi inspirado no controle de um videogame”, explica o jornalista. “Se o cara do videogame percebe que tem um



perigo, a manete vibrou, então é o mesmo princípio que a gente vai utilizar para o deficiente visual”, esclarece o estudante Rafael Silveira. O repórter prossegue: “Para funcionar, na prática, o sistema precisa apenas da instalação de um chip como esse *no poste de semáforo*. A partir daí, a comunicação é instantânea, e o radinho receptor passa a ser o guia de quem não tem o sentido da visão.”

A matéria apresenta, então, a personagem: “Regina diz que uma vantagem é *não se confundir em locais barulhentos*” — uma das dificuldades que o cego encontra nas cidades, segundo o VT, é a confusão gerada pela sobreposição de sons (‘locais barulhentos’), atrapalhando-o em sua orientação nos espaços urbanos. A atleta Regina Dornelas tem “voz”: “Pra mim, agora, está vermelho para os carros” — sucessivamente, ela atravessa a rua com o auxílio do aparelho, mostrando que o invento funcionou. “Na maioria das vezes, *as pessoas é que não veem a gente*. A gente sente a presença deles, mas *na hora que vai pedir auxílio, o pessoal já foi*, e você fica ali. Então, isso daria pra gente uma independência muito grande” — aqui, emerge outro obstáculo comum nas cidades, que não é a barreira física, mas a de atitude das pessoas (comportamental), as quais, muitas vezes, tratam os cegos com indiferença e desprezo (como se eles fossem invisíveis, por assim dizer), reforçando a marginalização desses cidadãos. O jornalista finaliza a matéria, informando que, “segundo os inventores, o produto agora só depende de parcerias para chegar ao mercado”, com custo entre R\$ 50 e R\$ 60. A última imagem é a de Regina atravessando a rua, sobre a faixa de pedestres, com sua bengala e o aparelho preso ao braço, acentuando a conotação de “cego independente”. Restaria à cidade (ao governo) apoiar a causa e adaptar os semáforos.

Conclusão

Certamente, é importante que telejornais abordem a questão da deficiência. Nesse sentido, o JN trouxe contribuições, na medida em que apresentou iniciativas de inclusão social e cultural de deficientes no contexto urbano. No geral, o noticiário alternou entre os termos “cego(a)” e “deficiente visual” para referir-se às personagens mencionadas, os quais são mesmo os mais comuns e aceitáveis, em detrimento de denominações pejorativas como “aleijado” ou inadequadas como “portador de necessidades especiais” — a exceção se deu na matéria sobre o projeto de música, na qual a repórter usou o antiquado termo “especiais”.

Os cegos mencionados não foram representados como sendo coitados, o que é positivo. Também é interessante ressaltar que as quatro matérias mostraram iniciativas



de adaptação da sociedade em favor dos deficientes visuais — seja no projeto de música, seja na invenção de um aparelho que auxilie na locomoção, seja ainda na iniciativa de inserção no mercado de trabalho ou na lei federal que permite a presença de cães-guia em locais coletivos. Sobressaiu, então, a ideia de inclusão propriamente dita, em vez de mera integração social.

A relação entre cegos e cidades mostrou-se um tanto “conturbada” em alguns momentos, revelando espaços urbanos ainda não adaptados. É o caso da matéria sobre cães-guia, realizada em São Paulo, e do VT sobre o aparelho criado para ajudar na locomoção, em Belo Horizonte. Logo, a cidade precisa avançar em termos de acessibilidade, beneficiando deficientes, idosos e gestantes, por exemplo.

Quanto a aspectos identitários, notou-se, também, que, em todas as matérias avaliadas, os deficientes mostrados estavam já incluídos (ou em fase de inclusão) em determinado contexto — é o caso da garota que aprende música e dos cegos que transcrevem gravações da Justiça, por exemplo. Nessa perspectiva, quase sempre se transmitiu claramente a figura do “cego vencedor”, que superou a deficiência, como é o caso da presidente do Instituto Íris, Thays Martinez, e da jovem Rosileide. Não se falou de deficientes visuais que ainda não conseguiram incluir-se na sociedade, o que também seria relevante para conscientização.

Percebeu-se, ainda, que ações sociais inclusivas podem promover certa mudança identitária, uma vez que ser cego passa a não ser necessariamente um empecilho para que se tenha acesso à cultura (como se viu no projeto de música), a informações (como nos semáforos adaptados, conferindo mais independência) e a direitos como cidadãos (a exemplo da inserção no mercado de trabalho e do direito de ir e vir). Fica a importante mensagem de que o deficiente não deve viver isolado ou ser excluído da coletividade.

Cabe apontar que, no geral, os cegos tiveram “voz” nas matérias (à exceção da reportagem sobre o Prêmio Inovare); porém, foram ouvidos na condição de pessoas com deficiência — e não como funcionário público (Daniel) ou atleta (Regina). Isso pode indicar que o (tele)jornalismo recorre aos deficientes, na maioria das vezes, como fontes em matérias sobre o assunto deficiência, não utilizando o conhecimento profissional dessas pessoas nem evocando as mesmas como especialistas, mas, somente, como personagens deficientes.

Finalmente, verifica-se que, para além das cidades, a própria mídia precisa adaptar-se para melhor atender ao público com deficiência e garantir, no Brasil, o pleno direito à informação e à comunicação. No caso dos cegos, por exemplo, nem sempre



ocorre a inclusão social, cultural e midiática desse público; os meios de comunicação (impressos e televisivos), em geral, não oferecem mecanismos inclusivos de acessibilidade informacional, como a transcrição na linguagem de leitura e escrita Braille (pontos em alto relevo) ou a audiodescrição — narrativa oral e objetiva com as informações relevantes de cenas, cenários e imagens, que pode ser transmitida, no caso de atrações televisivas, pelo programa secundário de áudio (SAP), beneficiando, além de deficientes visuais, os analfabetos e pessoas com dislexia ou dificuldades cognitivas que as impeçam de ler o texto escrito no vídeo. Nas matérias aqui analisadas, a audiodescrição do local definido como “cenário improvável” (onde fica a casa da jovem Rosileide), dos GCs (geradores de caracteres, contendo nome e profissão e/ou idade dos entrevistados) e de cenas relevantes dos demais VTs poderia facilitar e enriquecer a apreensão do conteúdo por telespectadores cegos. Assim, é possível e necessário ir além da integração, para que o processo de inclusão seja cada vez mais promovido e consolidado, inclusive pelos *media*, fortalecendo-se a cidadania e a democracia.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BONNER, William. **Jornal Nacional**: modo de fazer. Rio de Janeiro: Globo, 2009.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOSI, Ecléa. A substância social da memória. *In: O tempo vivo da memória*: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2
- BRANDÃO, Maria Cristina. **Telenovelas e identidade**. Considerações sobre o tema reunidas para apresentação pública em 18/10/2007, do grupo de pesquisa “Comunicação, Identidade e Cidadania”, do Mestrado em Comunicação da UFJF.
- CURADO, Olga. **A notícia na TV**: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo. São Paulo: Alegro, 2002.
- FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.30, p.1-9, abr./jul. 2005.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOMES, Renato Cordeiro. Da metrópole à cibercidade: cultura e cosmopolitismos. *In: GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel (orgs.). Espécies de espaço*: territorialidades, literatura, mídia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. *In: Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. *In: Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IASI, Mauro Luis. **Meta amor fases: coletânea de poemas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

MUSSE, Christina Ferraz; PERNISA, Mila. Telejornalismo e diversidade cultural: a TV pública e a construção de identidades. *In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). 60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Televidenciando. Una perspectiva de investigación y educación de las audiencias; La audiencia frente a la televisión y la televisión frente a la audiencia (cap. 1 e 2). *In: Televisión y audiencias. Un enfoque cualitativo*. Madrid: Ediciones de la Torre/Universidad Iberoamericana, 1996.

PASCARETTA JÚNIOR, Vicente. **A cegueira na humanidade: do mecanismo da visão à catarata**. Recife: Linceu, 2008.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PORCELLO, Flávio. Mídia e poder: os dois lados de uma mesma moeda. *In: VIZEU, Alfredo (Org.). A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

ROSA, Silvana de Nazareth. **Direitos da pessoa com deficiência**. Juiz de Fora: OAB-JF, 2010.

SCORALICK, Kelly. **A representação das minorias marginalizadas no telejornalismo**. Revista de C. Humanas, vol. 9, nº 2, p. 191-203, jul./dez. 2009.

TRINTA, Aluizio Ramos. **Introduzindo a à televisão**. Considerações sobre o tema reunidas para aula em 14/04/2011 (a), na disciplina “Televisão e Identidade Cultural”, do Mestrado em Comunicação da UFJF-MG.

_____. **Mito e ideologia na TV: a dimensão televisiva**. Considerações sobre o tema reunidas para aula em 26/05/2011 (b), na disciplina “Televisão e Identidade Cultural”, do Mestrado em Comunicação da UFJF-MG.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. *In: VIZEU, Alfredo (Org.). A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **40 anos de telejornalismo em rede nacional: olhares críticos**. Florianópolis: Insular, 2009.

Site:

<<http://www.bengalalegal.com/pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 24 out. 2011.